



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Beto Richa, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (44). Ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Florisvaldo Fier, Renato Adur, Reny Borsatto e Sérgio Spada (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)
18 Senhores Deputados responderam.

Há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte:

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 123/95

Curitiba, 20.03.95.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no artigo 53, inciso VIII, combinado com o artigo 101, inciso I, letra "c", da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva reajustar, a partir de 1º de março de 1995, os vencimentos dos magistrados do Estado.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente

JUSTIFICATIVA:

O Poder Judiciário do Estado do Paraná, tendo em vista a Mensagem nº 14/95, encaminhada pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa do Estado, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos daquele Poder, resolve, na forma da Constituição Estadual, preocupado com a fixação de uma política salarial estável em relação aos seus integrantes e no desempenho de suas atribuições legais, remeter ao Poder Legislativo, o presente anteprojeto de lei, que busca concretizar tal desiderato.

Para a sua elaboração, adotou-se percentual médio de aumento, em função do impacto financeiro, visto que a mensagem do Executivo, beneficiou com aumento diferenciado setores funcionais daquele Poder, de 25% para o magistério, 15% para as Polícia Civil e Militar e 10% às demais categorias.

Diante desse quadro, em obediência ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, é necessário acentuar, que a perda acelerada do valor da moeda, inobstante os esforços concentrados do Governo em frear a inflação, impõe a revisão da remuneração percebida pelo magistrado.

Com efeito, considerando que a mensagem de lei remetida pelo Executivo, estabelece percentuais de aumento diferenciados, favorecendo, de consequência, determinadas categorias, a solução adequada e justa é optar um percentual médio de aumento, equivalente ao proposto de 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento), sem olvidar de que, sofrendo oscilações, a implantação é de rigor.

Estas são as justificativas apresentadas, nesta oportunidade, sem prejuízo de futuramente remeter projeto que fixa política salarial estável em relação aos integrantes do Poder Judiciário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os vencimentos dos Magistrados ficam reajustados no percentual de 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º março de 1995.

OFÍCIO Nº 615/95

Curitiba, em 22 de março de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojetos de lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro em 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento) e fixa os vencimentos básicos dos cargos de Auditor, Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de março de 1995.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) NESTOR BAPTISTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica reajustado em 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento), a partir de 1º de março de 1995.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de março de 1995, em R\$ 2.143,65 (dois mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de março de 1995, em R\$ 2.256,47 (dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

OFÍCIO Nº 357

Curitiba, 22 de março de 1995
Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, que objetiva reajustar os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de março de 1995.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) ANTERO DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça,
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme específica, a partir de 1º de março de 1995, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná fica reajustado, a partir de 1º de março de 1995, no percentual de 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data prevista no artigo primeiro.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

OFÍCIO Nº 356

Curitiba, 22 de março de 1995
Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 1º de março de 1995.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) ANTERO DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça ficam reajustados, a partir de 1º de março de 1995, na forma das tabelas que constituem o Anexo I desta

lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam fixados na forma do Anexo II desta lei.

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 5º - Para os fins do inciso XI do artigo 27 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Poder Executivo para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço até o limite de 35% e as vantagens decorrentes do cargo em comissão.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1995, revogadas as disposições em contrário.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA I

TABELA DE VENCIMENTOS

VIGENCIA: MARÇO/1995

DIV/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
...1...	709,69	738,07	767,60	798,30	830,23	863,44	897,98	933,90	971,26	1.010,11	1.050,51
...2...	645,06	670,86	697,70	725,60	754,63	784,81	816,20	848,85	882,81	918,12	954,84
...3...	586,32	609,77	634,16	659,53	685,91	713,34	741,88	771,55	802,41	834,51	867,89
...4...	532,91	554,23	576,40	599,45	623,43	648,37	674,30	701,28	729,33	758,50	788,84
...5...	339,95	353,55	367,69	382,40	397,69	413,60	430,14	447,35	465,24	483,85	503,21
...6...	279,41	290,59	302,21	314,30	326,87	339,95	353,55	367,69	382,40	397,69	413,60
...7...	229,66	238,84	248,40	258,33	268,67	279,41	290,59	302,21	314,30	326,87	339,95

...8...	188,76	196,31	204,16	212,33	220,82	229,66	238,84	248,40	258,33	268,67	279,41
...9...	280,95	292,19	303,87	316,03	328,67	341,82	355,49	369,71	384,50	399,88	415,87
...10...	230,92	240,16	249,76	259,75	270,14	280,95	292,19	303,87	316,03	328,67	341,82
...11...	189,80	197,39	205,29	213,50	222,04	230,92	240,16	249,76	259,75	270,14	280,95
...12...	156,00	162,24	168,73	175,48	182,50	189,80	197,39	205,29	213,50	222,04	230,92
...13...	232,19	241,48	251,14	261,18	271,63	282,49	293,79	305,55	317,77	330,48	343,70
...14...	190,84	198,48	206,42	214,67	223,26	232,19	241,48	251,14	261,18	271,63	282,49
...15...	156,86	163,13	169,66	176,44	183,50	190,84	198,48	206,42	214,67	223,26	232,19
...16...	128,93	134,08	139,45	145,02	150,83	156,86	163,13	169,66	176,44	183,50	190,84

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA II

VIG: 03/95

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	453,56
SIMBOLO DAS-3.....	373,08
SIMBOLO DAS-5.....	291,77

B - CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLO 1-C.....	188,29
SIMBOLO 3-C.....	160,52
SIMBOLO 9-C.....	108,82

FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SIMBOLO 1-F.....	11,43
SIMBOLO 2-F.....	9,71
SIMBOLO 3-F.....	8,56
SIMBOLO 4-F.....	6,86
SIMBOLO 5-F.....	6,28

ANEXO II

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE		
VIGÊNCIA: MARÇO DE 1995		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	GRAT. REPRES.
DAS-1	DIRETOR-SECRETÁRIO	691,16
DAS-3	-	566,27
DAS-5	-	442,85
1-C	ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO	290,51
2-C	ASSISTENTE TÉCNICO	261,62
1-C	-	110,40
3-C	-	94,45
9-C	-	58,78

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 122/GP
Curitiba, 21 de março de 1995.
Senhor Presidente.

Pelo presente tenho a honra de me dirigir a essa augusta Casa de Leis, a fim de encaminhar o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como salários do pessoal temporário regido pela égide da C.L.T., a partir de 1º de março de 1995.

Outrossim, em cumprimento à decisão de mérito proferida no Mandado de Segurança nº 21.906-8/PR-STF, não restou a esta Presidência outra alternativa, senão a de aplicar índice médio, como decorrência do impacto financeiro da distinção de índices referidos na proposta do Governo do Estado, conforme a Mensagem nº 14/95.

E tendo em vista a necessidade de se dar cumprimento ao disposto no artigo 70 da Lei nº 10.219/92, de há muito pendente, torna imprescindível que se promova, urgentemente, a unificação das diversas tabelas de vencimentos que integram o Anexo I deste anteprojeto. Para tanto, nele incluí dispositivo específico (art. 3º, "caput"), deixando claro, todavia, tratar-se de mero ajuste sem nenhum acréscimo de despesa, cuidei para que tal condição figurasse expressamente do texto (art. 3º, Parágrafo Único).

Na certeza de que a presente proposição merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e considera-

ção.
(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI
SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de março de 1995, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam reajustados em 10% (dez por cento), na forma das tabelas que constituem os Anexos I e II da presente lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados em 10% (dez por cento):

I - os valores das Gratificações de Produtividade;

II - os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, e

III - os valores das Gratificações previstas no Decreto Governamental nº 4.905, de 12 de março de 1982 e Decreto Judiciário nº 229, de 15 de abril de 1994.

Art. 3º - Ante o disposto no artigo 70 da Lei nº 10.219/92, o Presidente do Tribunal de Justiça baixará ato unificando as tabelas do anexo I.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo fica vedado qualquer acréscimo de despesa.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,14 (hum real e quatorze centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1995, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
TABELA I
CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	R\$
01	263,15
02	239,23
03	217,47
04	209,11
05	190,10
06	177,66
07	172,23
08	120,41
09	110,26
10	100,10
11	89,96
12	79,82

TABELA II
ASSESSORES JURÍDICOS
CARGOS EFETIVOS

CLASSE	R\$
I	347,04
II	326,47
III	305,37

TABELA III
SERVENTIA DA JUSTIÇA
(Lei nº 10.237/92)

NÍVEL	R\$
01	361,21
02	339,55
03	317,87
04	296,20
05	274,53
06	265,33
07	246,91
08	179,58
09	162,72
10	145,89
11	111,14
12	104,47
13	97,80

TABELA IV
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	R\$
01	356,82
02	324,37
03	294,86
04	260,05
05	243,68
06	203,07
07	169,24
08	144,30
09	125,48
10	109,11
11	103,92
12	98,87

TABELA V
TABELA DP QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE ALÇADA

NÍVEL	R\$
01	267,80
02	255,04
03	242,90
04	231,33
05	220,33
06	211,79
07	198,72
08	185,20
09	180,61
10	164,19
11	149,27

ANEXO II

TABELA I
CARGOS DE DIREÇÃO E
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	R\$
DAS-1	453,55
DAS-2	400,31
DAS-3	373,08
DAS-4	319,01
DAS-5	291,78

TABELA II
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	R\$
1-C	188,29
2-C	173,89
3-C	160,52
4-C	148,27

5-C	139,38
6-C	131,01
TABELA III	
FUNÇÕES GRATIFICADAS	
SÍMBOLO	R\$
1-F	11,43
2-F	9,71
3-F	8,56
4-F	6,86
5-F	6,28

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 48/95 de autoria do Ministério Público do Estado que tem por objetivo criar oito cargos de Procurador de Justiça no Quadro de Agentes do Ministério Público do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 60/95 de autoria do Tribunal de Contas do Estado que tem por objetivo reajustar em 10% as tabelas de vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 67/95, oriundo do Ministério Público do Estado, que reajusta vencimentos do Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) MILTON PUPPIO

REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 68/95, oriundo do Tribunal de Justiça do Paraná, que tem por objetivo reajustar cargos da Magistratura do Tribunal de Justiça do Es-

tado.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) MILTON PUPPIO

REQUERIMENTO N° 519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 70/95, oriundo do Ministério Público do Estado que reajusta salários dos seus funcionários.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) MILTON PUPPIO

REQUERIMENTO N° 520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 71/95, do Tribunal de Contas do Estado que tem por objetivo reajustar os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 69/95, do Poder Judiciário que tem por objetivo reajustar os cargos efetivos em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela CLT do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) MILTON PUPPIO

REQUERIMENTO N° 522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) Sessões da Proposição n° 119/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 326/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor EDENILSON RODRIGUES VAZ.

Pessoa de grande número de amigos, idônea, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada à rua Conselheiro Cândido Oliveira, 171 - Uvaranas, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor MAURÍCIO DE MELLO.

Pessoa de grande número de amigos, idônea, deixa parentes e amigos enlutados. Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja, dado ciência à família enlutada à rua João Cecci Filho 4250, núcleo Rio Verde, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Fundação Laudelina Pereira, pela inauguração em Londrina, do Centro de Fundação Tecnológica Carambei - CETEC, no próximo dia 31 de março.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente do Conselho Curador da Fundação, Senhor Carlos Pereira Paschoal, através de correspondência a ser enviada à Avenida Brasil, 939 - São Roque/SP - CEP.: 18130-000

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Sociedade Rural do Paraná, pela realização da 35.^a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina; 29.^a Nacional e 3.^a Internacional, que acontecerá de 30 de março a 09 de abril do corrente ano, no parque de Exposição Governador Ney Braga.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Sociedade Rural do Paraná, Senhor José Carlos Tibúrcio, através de correspondência a ser enviada à Avenida Tiradentes, 627 - Londrina/PR - CEP.: 80070-520.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, excluindo a Proposição 119/94, do Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 326/94.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 488

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Alfredo Gomes Cordeiro, proximidades do n° 225 - Rio Verde - Colombo, os quais solicitam a reabertura do módulo policial daquele bairro.

Afirmam eles que o bairro está sem policiamento, facilitando a ação de marginais.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 489

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a limpeza de 03 (três) terrenos baldios localizados na Rua Alfredo Gomes Cordeiro - Rio Verde - Colombo, próximo da casa n° 225.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais alegam que desocupados ficam amoitados nestes terrenos cheirando cola, deixando todos muito apreensivos.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 490

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de que sejam tomadas providências quanto a Travessa João Bonk, proximidades do n° 04 - Cidade Jardim I, tendo em vista que a Prefeitura esteve no local para obras de saneamento, quebrando as calçadas e os jardins foram destruídos com as pedras e terras retiradas na abertura das valetas, causando uma série de transtornos

aos moradores do local.

Pedem eles que a Prefeitura lá retorne e sane os problemas que foram causados, o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 491

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de fechar um buraco existente na Rua Maranhão esquina com Rua Rio Grande do Norte - Jardim Jalisco - Colombo. No local foram fechadas as valetas ficando um buraco de mais ou menos 01 (um) metro de profundidade, com água empossada e os moradores temem acidentes, principalmente com as crianças.

Esclarecemos que já foi feito pedido através de nosso Requerimento n° 8142/95, porém não foi atendido. Face a gravidade do caso, estamos renovando o pedido antes que algo mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 492

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo na Rua Nereu Ramos, proximidades do n° 241 - Vila Amélia Pinhais. Foi colocado um motor próximo ao Carrefour para o fornecimento de água para Pinhais, porém nem no motor ela chega.

Pede-se providências urgentes, pois toda a população vem sofrendo com esse problema.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de executar reparos nas Ruas da Vila Amélia, tendo em vista que as mesmas encontram-se intransitáveis.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Nereu Ramos, os quais solicitam que o mesmo seja atendido o mais breve possível, uma vez que muitos transtornos estão sendo causados a toda a população

devido as péssimas condições em que se encontram as ruas.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 494

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Três, Casa 36 - Conjunto Nova Vila - Pilarzinho, os quais solicitam que o carteiro passe mais vezes em suas residências.

Ocorre que o mesmo passa por lá esporadicamente, conseqüentemente causa atraso na entrega das correspondências, principalmente nas contas a serem pagas. Muitos transtornos são causados, motivo este que os levou a fazer o presente pedido.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 495

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de tomar providências quanto a agilização das obras referentes às enchentes no bairro Cidade Jardim. Os moradores tiveram muito prejuízo com as enchentes de janeiro deste ano, pagaram o valor integral do IPTU e pedem agilização nessas obras, bem como solicitam também melhorias nas ruas do bairro.

Toda a população está passando por sérias dificuldades e pedem que a Prefeitura sane os problemas o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar a permanência de um policial de trânsito no cruzamento das Ruas Emiliano Pernetta e Rua Visconde do Rio Branco, tendo em vista que os pedestres não conseguem atravessar a rua nem para poder comprar pão, remédios, etc.

O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais afirmam que o movimento é intenso e está causando sérios transtornos a todos. A presença de

um policial é imprescindível no local.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após consultado o plenário, seja endereçado expediente ao ministro da Agricultura, senador José Eduardo Andrade Vieira, convidando Sua Excelência para comparecer a esta Casa para falar dos planos de seu ministério e as medidas já encaminhadas para a área da agricultura.

Sugiro aos nobres pares que a data seja deixada a critério do ilustre convidado, levando-se em conta o natural acúmulo de sua agenda.

A presença do ministro da Agricultura nesta Assembléia reveste-se do mais alto significado, por tratar-se de um paranaense que tem a missão de conduzir um dos mais importantes setores de nosso país.

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner Mui Digno Governador do Estado, no sentido de que seja determinado a construção da Vila Rural no Distrito de Serra dos Dourados, no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Excelentíssimo Senhor Antonio Romero Filho, Digníssimo Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717, CEP. 87501-130), Senhor Genésio Alves da Silva, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Umuarama (Rua Ministro Oliveira Salazar, 4964, Cep 87502-070), Senhor Alexandre Ceranto, Digníssimo Deputado Federal (Câmara dos Deputados, anexo IV, Gabinete 948 CEP. 70160-900).

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O programa de implantação de Vilas Rurais vem de encontro à grande necessidade de se melhorar sensivelmente as condições de vida do trabalhador rural, dando-lhe abrigo e oferecendo residência fixa no município com oferta de complementação de ganho com o cultivo de hortas em seu próprio terreno.

O grande alcance social fará sem dúvida deste um dos mais importantes programas do Governo Jaime Lerner.

REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Sigismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, objetivando a construção de uma quadra poliesportiva coberta, para a Escola Estadual Manoel Ribas no Distrito de Sertãozinho, Município de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Orlando Romeiro, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão (Rua Manoel Ribas, n° 160); Vereadora Almerinda Serafim Borges, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 23.03.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se em solicitação da Vereadora Almerinda Serafim Borges, Presidente do Legislativo Municipal, quando demonstra a sua preocupação com os alunos daquele estabelecimento de ensino que não possuem local apropriado para a prática de educação física e esportes.

REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando o reinício das obras de pavimentação asfáltica do trecho que liga o município de Palmital e Laranjal.

Solicito que seja dado ciência ao Prefeito Municipal e Presidente da Câmara dos Municípios de Palmital e Laranjal.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O reinício desta obra, é de suma importância para os 2 (dois) municípios, por terem eles grande representatividade na safra agrícola e pecuária da região.

Esta obra interligará os municípios, resultando no escoamento da produção agrícola e agropecuária, beneficiando os produtores e a safra paranaense.

REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado à Rede Ferroviária Federal a sustação do processo de licitação do imóvel pertencente à mesma, sito na esquina das ruas Sete

de Setembro com Marechal Floriano Peixoto, no centro de Curitiba, até serem encontradas soluções globais para a exploração das atividades da Regional nº 5, dessa central ferroviária.

Requer mais, que desta manifestação da Assembleia seja dado conhecimento à RFFSA e demais autoridades, constantes de lista anexa.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Considerando o fato de que o imóvel pertence ao patrimônio público, que no processo de privatização a Rede poderá ter o seu controle desmembrado, e a Regional nº 5 venha a ser assumida pela companhia paranaense de participação, em fase de organização; além dos aspectos históricos que cercam o prédio da antiga Estação Ferroviária de Curitiba, a manifestação pretendida pede que seja sustado o processo de licitação, regido pelas Leis 8.666/93 e 8.997/95, até serem ouvidas as autoridades e lideranças interessadas, como o Superintendente da Rede no Paraná, o Governador do Estado, Ministro dos Transportes e o Coordenador Federal do Paraná.

LISTA DE AUTORIDADES:

1. Superintendente da RFFSA no Paraná, Engenheiro Tarcisio Heinrich;
2. Governador do Estado, Jaime Lerner;
3. Ministro dos Transportes, Deputado Odacir Klein; e
4. Coordenador da Bancada Federal pelo Paraná (a confirmar).

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 072/95

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica instituída nas escolas de 1º e 2º graus, da Rede Estadual de Ensino a Língua espanhola, como disciplina obrigatória.

Artigo 2º - A Língua Espanhola deverá ser implantada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, a partir do ano letivo de 1996.

Parágrafo Único - O ano de 1995 ficará reservado para que a Secretaria de Educação, capacite o corpo docente que ministrará a disciplina.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) JOSÉ MARIA

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do MERCOSUL, os países buscam uma integração completa, nos campos

da política, da economia, enfim solução dos seus interesses comuns, não poderia ser diferente no campo da educação.

O relacionamento de Países do Cone Sul, exigirá um intercâmbio cultural que culminará com a necessidade de entendimento das línguas dos Países que o integram. Este problema já foi sentido na Argentina, onde o Presidente Menem já determinou a inclusão da Língua Portuguesa no currículo das escolas públicas daquele País.

O Paraná é porta de entrada do MERCOSUL, pois suas fronteiras são estreitas, principalmente com o Paraguai e a Argentina, através de Foz do Iguaçu.

Daí a nossa proposta de que o Paraná seja pioneiro na inclusão da Língua Espanhola nos currículos das Escolas Públicas do Sistema Estadual de Educação.

A Lei 5.692/71, que inclui a obrigatoriedade do ensino de língua estrangeira na grade curricular, não especifica qual seja ela.

Considerando as opções já oferecidas nos concursos vestibulares, acreditamos ser mais do que justo e oportuna a nossa proposição, que além de constitucional, ainda será de grande praticidade, em razão da implantação do Mercado do Cone Sul, que abre as portas dos países fronteiriços ao Brasil e que falam idiomas básicos da Língua Espanhola.

Propomos, ainda, que a Secretaria de Estado da Educação, desenvolva, durante o ano de 1995, a seleção e a capacitação do pessoal docente para a disciplina em referência, uma vez que, para a mudança da grade curricular, o setor de estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, deverá receber informação de que existe professor habilitado para a disciplina solicitada.

Desta forma, o Paraná mais uma vez estará inovando e saindo na frente na criação de melhores condições para a implantação e consolidação do MERCOSUL.

PROJETO DE LEI Nº 073/95

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Idade Dourada de Assaí, com sede e foro naquele município.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) JOSÉ MARIA

JUSTIFICATIVA:

O grupo Idade Dourada, tem sede e foro no município de Assaí e é uma entidade com reconhecimento jurídico desde 24 de setembro de 1993.

É reconhecida como de Utilidade Pública Municipal desde 12 de dezembro de 1994.

A presente proposição apresentada por mim, tem por finalidade retribuir a esse grupo, através de Lei Estadual de Utilidade Pública, os grandes préstimos que tem realizado junto a população de Assaí.

Sendo assim, gostaria de contar com a colaboração dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis na aprovação da presente matéria.

PROJETO DE LEI N° 074/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Ação Social São João Batista, da localidade de Lontrão, com sede e foro no Município de Imbituva-PR.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 02 de março de 1977, tem por finalidade o atendimento das necessidades materiais e morais da infância e da juventude, construir e manter habitações apropriadas às suas finalidades e outras obras que julgar necessárias.

A distribuição de material escolar e incentivo ao desenvolvimento da cultura.

Por tratar-se de proposição das mais nobres e atendendo aos requisitos necessários é que solicitamos sua aprovação pelo douto e soberano Plenário.

PROJETO DE LEI N° 075/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica incorporada a área adiante descrita, pertencente ao Município de Antonina, ao Município de Campina Grande do Sul:

"Inicia no encontro da BR-116 com a Serra da Virgem Maria, divisor de águas entre os rios Capivari e Cachoeira, segue na direção geral Nordeste e continuamente na direção geral Sudeste pela Serra da Virgem Maria até encontrar novamente a BR-116."

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa atender ao pedido de lideranças locais que há muito pleiteiam a transferência da mencionada área para o Município de Campina Grande do Sul, assim sendo esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares a esta reivindicação daquela comunidade.

PROJETO DE LEI N° 076/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal denominada "GA-124", no município de Guarapuava, ligando os Distritos de Palmeirinha-Campina do Simão-Santa Maria do Oeste com uma extensão de 70 quilômetros.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Milton Pupprio, Jocelito Canto, Duílio Genari, Nelson Justus, Luiz Accorsi e João Techy.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava, é sabidamente o maior município em extensão, no Estado do Paraná.

À vista disso, tem em sua malha rodoviária de considerável tamanho e volume de tráfego pesado, eis que se trata de um município de intensa atividade agropastoril e industrial, gerador de enormes divisas para nosso Estado, sendo dispensável, portanto, maiores comentários sobre sua importância sócio-econômica, histórica e sua tradição.

Assim é, que a atual administração com incansável zelo e inegável competência vem demonstrando a todo o Paraná o pujante desenvolvimento daquele município do Centro-Oeste, mesmo sem os recursos do Executivo Estadual, como ocorreu no Governo passado.

Face o crescimento e desenvolvimento demográfico e do atendimento a outras áreas da administração, é que se faz necessário diminuir a responsabilidade financeira do município, para que este possa dar continuidade às suas obras de grande alcance social em outros setores de atendimento.

Enfim, a estadualização da "GA-124", vem de encontro aos reclamos regionais, se constituindo em resposta imediata aos clamores e proposições da população local, fazendo-se justiça a uma comunidade trabalhadora e produtiva que considera que cabe ao Estado prover os municípios de melhores condições para a continuidade do crescente progresso.

PROJETO DE LEI N° 077/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Idosos da Grande Vila Industrial", com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme preceitos estatutários, a Associação dos Idosos da Grande Vila Industrial, contempla e prioriza o atendimento às pessoas da chamada "Terceira Idade", promovendo a sua integração, recreação e apoio de toda ordem, somando esforços para minimizar o sofrimento pela eventual falta de afeto e carinho familiar, oportunizando condições mais favoráveis para o desenvolvimento total de sua dignidade como pessoa humana.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e, para ser mais eficiente ainda na consecução de suas finalidades, solicitamos o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente projeto de lei de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Venho a essa Tribuna trazer aqui nesta manhã um requerimento em que ele pede a sustentação de uma licitação de um processo de licitação de um imóvel que a Rede Ferroviária Federal está fazendo na Cidade de Curitiba. Saibam os Senhores e Senhoras que há um imóvel, um grande imóvel - e tenho aqui as fotos para os ilustres Deputados que queiram se inteirar do que estou falando - de um imóvel histórico que tem um valor extraordinário para a Cidade de Curitiba e para que nós, agora, de forma surpreendente a Superintendência da Rede Ferroviária Federal abre um processo licitatório para que esse patrimônio de 33 mil m² localizado seguramente numa das áreas mais valorizadas da nossa cidade, que é aliás um ponto de referência, uma esquina famosa que é da Mal. Floriano com a Sete de Setembro, ali onde funcionou a antiga estação ferroviária de Curitiba.

E pasmem os Senhores, vejam como nesse Brasil de hoje as coisas andam aí por linhas não muito corretas. A Rede Ferroviária abre um processo licitatório e quer

através do instituto, do direito real de uso vender, privatizar esse imóvel num prazo de 20 anos, ao custo de nos cinco primeiros anos 25 mil reais, e vejam, 25 mil reais é o valor que se paga hoje de aluguel num imóvel de uma instalação comercial pequena no Centro de Curitiba. Nesta área valorizadíssima querem cobrar apenas 25 mil reais pelos primeiros cinco anos e 50 mil reais pelos demais anos subsequentes. E por que é que a rede está fazendo através do direito real de uso a alienação deste imóvel? Está fazendo porque ela não pode vender esse imóvel. A Rede Ferroviária Federal tem um passivo trabalhista e previdenciário dos maiores deste País, e claro, quer utilizar a legislação atual para neste momento em que se discute a própria privatização da rede seja ela no seu todo ou em parte aliás, o Estado do Paraná já manifestou até o seu interesse em que a Rede Ferroviária, a Superintendência regional número 05 possa ela até ser operada porque nós aqui paranaenses temos que ter controle do nosso sistema de transporte ferroviário, até porque estamos construindo a FERROESTE, o próprio Paraná já se manifestou desejoso de participar do processo de privatização da rede.

Aliás estamos vendo esse patrimônio do centro Ferroviário no centro da cidade já há um posto de gasolina muito grande sendo construído entre as Ruas Conselheiro Laurindo e João Negrão, e outras licitações já estão sendo feitas e estão fracionando esse grande imóvel.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, a história dessa cidade, dessa estação Ferroviária que tem mais de 110 anos, deste imóvel que é o imóvel instrumento indispensável para a Cidade de Curitiba, não podemos assistir que a Superintendência da Rede, de forma isolada, sem consultar o Governo do Estado, aliás, o Governador Lerner, quando Prefeito dessa Cidade, solicitou à Rede Ferroviária Federal a cessão desse imóvel para a Prefeitura de Curitiba. O Governador Requião solicitou para o Estado, quando era Governador.

Há interesse público em jogo, por isso é que estamos pedindo para que esta Casa referende esse requerimento que estamos fazendo, ao Presidente da RFF, ao Ministro dos Transportes, ao Governador Jaime Lerner para que ele seja alertado sobre essa alienação do patrimônio público, histórico e de um espaço indispensável para a nossa cidade.

Por isso, meus companheiros, Senhores Deputados, quero pedir o apoio dessa Casa para que possamos sustar essa licitação até que possamos ver esclarecidas todas as condições que a Rede está fazendo para im-

plantar esse denominado Projeto Curitiba, ver a quem ele interessa, porque é que ele está sendo feito neste momento de transição do próprio controle acionário da Rede Ferroviária. Por que é que ela está fazendo pelo sistema de direito real de uso e não alienando o imóvel com condições de ter...

O Sr. Toti Colaço - Com todo o respeito, não é possível solicitar aparte no Pequeno Expediente, mas excepcionalmente gostaria de solicitar aparte a V.Exa., com a permissão do nosso ilustre Presidente Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é permitido aparte. V.Exa. poderá apartear-se na prorrogação, quando falar em nome da Bancada do PMDB.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Tenho aqui as fotos do imóvel, gostaria que os Senhores Deputados tomassem conhecimento. Não é possível ficarmos vendo esse terreno supervalorizado da Rede ser - e seguramente, até pelas condições que o edital está dando os prazos para apresentação do projeto urbanístico, seguramente me cheira aqui que há uma armação para beneficiar algum grupo econômico.

Por isso o patrimônio público tem que ser preservado e se há alguma destinação desse imóvel, esse imóvel tem que ser na verdade - foi a Cidade de Curitiba que há mais de cento e dez anos passou esse imóvel para que a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, quando essa Rede para ser instalada, essa ferrovia, nós tivemos no Paraná a famosa campanha do Contestado no início do Século. Não é possível que a nossa história seja ela agora, privatizada pela bagatela de vinte e cinco mil reais por mês, num imóvel que será no anel central da cidade. O último grande imóvel disponível para a implantação de um equipamento público, de um prédio ou de dependências que possam servir a toda a cidade.

Muito obrigado e espero o apoio dessa Casa nesse requerimento para sustentar esse procedimento licitatório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O motivo que nos traz a esta tribuna, é que gostaríamos de pedir ao líder do governo, Deputado Algaci Túlio que reapresente um Projeto que já foi apresentado pelo Deputado Algaci Túlio, que faz com que algumas reuniões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Senhor Presidente, sejam levadas para o interior do

Estado do Paraná.

Gostaria de ter o apoio dos companheiros, dos demais Deputados, e também desta Presidência, para que a pudessemos realizar Sessões Plenárias pelo menos uma vez por semana lá em Cascavel, em Londrina, em Maringá, Ponta Grossa, em diversas microrregiões do Estado do Paraná. O que pretendemos com isso, é fazer principalmente com que a comunidade participe mais das Sessões Plenárias e demonstre com isso a transparência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Estamos em tempos novos, então é preciso fazer com que nós, políticos, nós, Parlamentares, nos aproximemos o maior tempo possível da nossa população, dos nossos eleitores e principalmente do nosso povo.

Então, gostaria de pedir ao nobre Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que reapresentasse Projeto de sua autoria e que o Senhor Presidente entendesse de que é preciso a Assembleia Legislativa, tirar um pouco de Curitiba e levar para o interior. E a princípio já se pensou, e ontem nós discutíamos sobre isso, a idéia de se fazer uma sessão numa cidade do interior onde se convidasse a comunidade local para participar, que se fizesse a sessão num auditório grande onde se convocariam os estudantes do Paraná, das cidades a qual estaríamos, para que eles pudessem ver como funciona, como trabalha o Poder Legislativo, o que faz o Legislativo; e desta forma estaríamos descentralizando o Poder, e dessa forma fazendo com que aquela imagem que as vezes se tem que a Assembleia é isso, é aquilo, seja visto pelos estudantes e pela própria população.

Então, gostaria que o Deputado Algaci Túlio reapresentasse o Projeto e que terá o nosso apoio, e eu tenho certeza, que o apoio da maioria dos companheiros que estão aqui, e principalmente, poderíamos organizar, após as Sessões um encontro reunindo os Deputados com a imprensa das cidades por onde passarmos, com os Prefeitos, com os Vereadores, enfim, fazendo com que a Assembleia seja mais acessível pelo menos uma vez por mês no interior do Estado.

Então, essa é a idéia que gostaria de sugerir aqui e pedir o apoio principalmente dos Deputados e do nosso Ilustre Presidente Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O noticiário da imprensa, creio que

não apenas no Brasil, mas também no exterior, tem sido sobre as manifestações dos previdenciários em Brasília, sobre as bombas que explodiram em Minas Gerais. E tudo, Sr. Presidente e Srs. Deputados nos leva a acreditar que a insatisfação de uma grande e forte parcela do povo brasileiro se prende a vontade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em reduzir, ainda mais, os poucos benefícios dos aposentados brasileiros.

Senhor Presidente, os prejuízos que o Brasil está tomando, o prejuízo que o próprio Governo vem sofrendo com a corrida de pessoas, em enorme quantidade, requerendo a sua aposentadoria, é uma coisa que o Governo poderia ter evitado.

Sabemos em todos os setores virou quase que uma situação de desespero, de pânico, de angústia, de aflição, e as pessoas, ainda quando têm muito a oferecer ao Brasil, estão a pedir a sua aposentadoria com medo das medidas desumanas que o Presidente Fernando Henrique está pretendendo adotar.

Por isso, Sr. Presidente, na manhã de hoje gostaríamos de até lamentar a posição arbitrária, ditatorial que o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem tomando. O homem foi para a televisão, para o rádio fazer ameaças. Onde é que está o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que foi obrigado, por contingências da ditadura morar, por um bom tempo no exílio, não pode conviver aqui em nosso País? De volta ele acabou conquistando mandato de senador, virou Presidente, e hoje ele dá as costas ao seu passado, ao seu passado de homem liberal, de homem que defendia a democracia! Porque pela falta dela ele muito sofreu.

E o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além do Presidente Fernando Henrique ameaçar, com toda arrogância aqueles que trabalham para o Governo, para o serviço público, e que não concordarem com a Reforma da Constituição, estamos vendo que o Presidente está fazendo escola, está aqui, na manchete da Folha de Londrina, de hoje: -"PETROBRÁS demitirá quem fizer oposição." Aí vem o discípulo do Presidente Fernando Henrique, que é o Sr. Joel Renault, Presidente da PETROBRÁS, simplesmente dizento o seguinte: -"Se for preciso demito um, se for preciso demito 500, ou se for preciso demito 1000, anunciou." Quer dizer, o Presidente da Petrobrás que o funcionário dessa estatal que se manifestar contrário a quebra do monopólio aqui no nosso País será demitido. Onde está a democracia? Quer dizer o Governo chegou pela porta da democracia e hoje não permite, não tolera, não admite sequer que alguém, não importa se tenha 1 ano, 10, 20 anos ou mais como funcionário

dessa estatal chamada PETROBRÁS, se apenas discordar e disser que é contra a quebra do monopólio o caminho é rua, é demissão!

Essa é a democracia do Governo Fernando Henrique Cardoso, que deveria, ao invés de ameaçar, ao invés de pisotear nos direitos de livre expressão do nosso povo brasileiro, inclusive de servidores públicos, o Presidente deveria estar empenhado, isto sim, em buscar, assegurar novos e importantes direitos para o povo brasileiro.

Então nesta manhã, quando a gente vê esta manchete ditatorial estampada aqui, ela merece o repúdio de todos aqueles que querem respirar democracia em nosso Brasil. Porque democracia não se faz, não se pratica, não se consolida com um Presidente ameaçando e transformando seu Governo numa verdadeira universidade de ameaça de demissão do servidor público brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Há mais ou menos 15 dias nós aqui na Assembleia Legislativa, todos nós sem exceção, principalmente nós os Deputados de Curitiba, que defendemos Curitiba, os Deputados da região metropolitana de Curitiba, discutimos aqui a questão do racionamento da água. Na ocasião o Deputado Romanelli fazendo uso da Tribuna levantou a questão do racionamento da água. Quero agora nesta manhã, em que pese estar até com dificuldades para falar porque me submeti a uma pequena cirurgia e estou até ausente da rádio e da televisão exatamente por isso. Quero nesta manhã de hoje sugerir aos Deputados, aos companheiros desta Casa, que nos próximos dias nós tenhamos por obrigação em voltarmos à discussão do racionamento da água.

Discutimos amplamente levamos aqui uma Sessão toda para debatermos a questão do racionamento da água e a coisa não evoluiu exatamente em nada, e mais uma vez o Parlamento cai nos descrédito perante a opinião pública, porquê? Porque muito se falou aqui dentro, e os Deputados preocupados exatamente com a posição de seriedade do Parlamento têm que voltar à discussão da questão do racionamento da água. Nós não podemos permitir que esse racionamento imposto à população em Curitiba, que esse racionamento de água que ora se suspende e que ora volta à tona, passe a prejudicar sensivelmente a vida dos curitibanos e de quem mora na região metropolitana.

Então quero sugerir aos companheiros de Curitiba, aos Deputados que defendem Curitiba, que são de Curitiba, que todos

juntos façamos uma Comissão, para que essa Comissão convide alguém da SANEPAR para que a gente possa ouvir a questão das trinta horas do racionamento de água. Falamos, chegou-se até comentar em CPI aqui no Parlamento, até em CPI falou-se para investigar a questão da água, e ficou o dito pelo não dito, e mais uma vez todos caímos no descrédito.

Então, quero pedir aos companheiros, pedir a todos os Deputados que pelo menos façamos uma Comissão nesta Casa para que possamos convocar alguém da SANEPAR, ou então nós Parlamentares vamos à SANEPAR discutir a questão da água. O que não podemos é ver a população passando por um sofrimento nunca e jamais visto em Curitiba, numa época inclusive em que tivemos na capital do Estado 90 dias sem água, sem chuva, e hoje a SANEPAR impõe esse racionamento a todos nós. Querem se colocar responsabilidades, querem imputar responsabilidades a um e a outro mas quem está pagando essa conta é a população.

Então, quero sugerir mais uma vez para que o Parlamento faça o seu papel, para que a Assembleia Legislativa desenvolva essencialmente o seu papel, para que não fiquemos todos aqui no "blã, blã, blã", sem uma ação efetiva. Repito, o assunto da água foi levantado aqui na Assembleia, foi discutido, mas não se caminhou em nada, não tivemos nenhuma evolução, ou seja, não vimos aqui nessa Assembleia ninguém da SANEPAR, não vimos aqui nenhum técnico da SANEPAR explicando o porque da falta de água, ou então todos nós estamos recebendo o diploma de trouxa, de burro, estamos sendo carimbados com esse carimbo na testa por parte da SANEPAR, ou então não estamos desempenhando o nosso papel.

Então gostaria de convidar todos os Deputados, sem exceção, para que a gente volte a discutir a questão da água, porque a reclamação é intensa, a população não suporta esse racionamento de 30 horas. O que se diz hoje, ser democrático em termos de racionamento é na verdade, colocar a população num estado de penúria, expor a população num estado sem precedentes até hoje visto em Curitiba ou Região Metropolitana.

Gostaria de pedir aos companheiros, à direção da Casa, para que sugerisse, para que pedisse que alguém da Sanepar aqui viesse, sem CPI, para que possamos saber a verdade até no sentido de explicarmos isso à comunidade, para que a Assembleia possa explicar a verdadeira causa da falta de água em Curitiba e na Região Metropolitana.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em cima do assunto levantado pelo Deputado Ricardo Chab, quero sugerir

à Mesa então, quando já temos formada a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Casa, em que tem como Presidente o Deputado Plauto Miró Guimarães, que esta Comissão tome a iniciativa de convocar o Presidente da SANEPAR, que venha a essa Comissão, dar esclarecimentos. Nós, da Bancada da Situação estamos muito bem à vontade. Estamos devidamente esclarecidos, o governo já deu todos os esclarecimentos necessários e portanto, estamos à vontade. Queremos que toda a Casa realmente saiba o que é que está acontecendo na situação da SANEPAR, por isso acho que essa iniciativa poderia partir já dessa Comissão que tem esse assunto dentre ela.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Realmente estamos como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e a Deputada Irondi é a vice-Presidente dessa Comissão.

Na questão da SANEPAR, acabo de ver na "Gazeta do Povo" uma comitiva de representantes da Câmara Municipal de Curitiba que foram até a Sanepar ver com os próprios olhos os problemas do abastecimento de água de Curitiba.

Quero ler um pequeno trecho que fala da posição final do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba:

"O Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Iris Simões, ficou satisfeito com as explicações e disse que pode sentir a deficiência da empresa a única coisa que não consigo entender é por que só agora as dificuldades tornaram-se públicas, se já havia previsões de racionamento em 91, conforme afirmaram os técnicos."

Acho que é prudente convidarmos a diretoria para vir a esta Casa, discutir e mostrar realmente quanto tempo faz que esses problemas existem dentro da Sanepar no Paraná.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Gostaria de colocar para a comissão para que quando convidar o técnico ou o Presidente da SANEPAR dar explicação, que se atenha a um só detalhe: a questão das 30 horas do racionamento, porque a população não consegue abastecer a sua residência, para que esse abastecimento perdure pelas 30 horas. Se a questão toda colocada pela SANEPAR é que o racionamento tem que ser democratizado, ou seja, todos vamos passar pela falta d'água, gostaria de sugerir para que colocasse o sofrimento da população, para que até no sentido de termômetro colocasse o sentido do sofrimento da população, e implorasse à SANEPAR para que reduzisse o racionamento para doze horas no máximo e assim teríamos necessariamente água para todo mundo. Se a questão toda colocada pela SANEPAR é democratizar o ra-

cionamento, que seja democrático o racionamento com 12 horas e não 30 horas.

O SR. PLAUTO MIRÔ (Pela Ordem) - Quero fazer o convite de que quando os representantes da SANEPAR estiverem na Casa, na Comissão do Meio Ambiente, você está convidado a participar da reunião para esclarecer as posições levantadas.

O SR. RICARDO CHAB - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos os Deputados não pertencentes às Comissões, poderão delas participar, nas discussões, mas não poderão votar.

Lideranças:

PSDB - PPR - PP - PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados.

Na verdade, quero utilizar o horário da Liderança do PMDB para poder inicialmente hipotecar o meu apoio e a minha solidariedade ao pronunciamento do Deputado Luiz Cláudio Romanelli quando fazia referências a Rede Ferroviária Federal. Conte com o meu apoio, sou solidário a sua preocupação e inclusive o avanço que Vossa Excelência der a respeito desse assunto conte evidentemente com este Parlamentar. Até porque na Cidade de Irati nós temos numa das avenidas nossa que margeia a Rede Ferroviária Federal nós temos uma feira de pequenos agricultores que funciona aos sábados e às quartas-feira. Isto já há mais de dez anos, funciona à margem da linha, entre a feira e os trilhos aonde está a rede existe um muro separando a feira de pequenos agricultores, produtores hortigranjeiros, e evidentemente em frente a praça da Bandeira.

A Rede Ferroviária Federal agora, há um mês e pouco atrás, deu um prazo de trinta dias para que aqueles mais de vinte e cinco pequenos agricultores se retirassem de lá sob pena de responderem na justiça como se fossem invasores daquela área lá. Questionei a Rede Ferroviária Federal aqui do meu gabinete, enviei em expediente ao Superintendente da Rede aqui em Curitiba porque aqueles pequenos agricultores quando ali se instalaram, eu inclusive conduzi os destinos do povo de Irati porque era o Prefeito Municipal.

Criamos a Associação dos Pequenos Agricultores, e hoje eles estão já vendendo seus produtos a um preço super acessível a toda a comunidade nossa, estão sobrevivendo, vivendo a crescendo com aquela pequena feira; e a Rede Ferroviária Federal S/A, que de Engenheiro Gutierrez, de Irati adiante, seguindo rumo a União

da Vitória, já denunciarei isto aqui na Tribuna, estão retirando até os trilhos em alguns trechos, está totalmente desativada.

E questionei, estou questionando, devo de estar hoje à tarde, ou amanhã em Irati, vou fazer um encontro com os pequenos agricultores e possivelmente na semana que vem eu deva me valer inclusive do apoio desta Casa, da nossa Casa de Leis, do Romanelli, de todas as Lideranças, para que esta ingerência da Rede hoje, está ou não está sendo privatizado, vai ser ou deixa de ser, é outro problema, não compete a mim, mas que não venha trazer prejuízos a quem quer que seja.

Desta feita quero deixar registrado também aqui o meu apoio ao Deputado Romanelli e deixar registrado esta minha preocupação com o que está acontecendo em Irati, aonde está, aonde a Rede Ferroviária está tentando tirar os nossos pequenos agricultores. Do outro lado, nos fundos de onde se encontra os pequenos agricultores, existe uma empresa que está mais próxima dos trilhos que está ampliando a sua indústria do lado. Quer dizer, é um verdadeiro absurdo, para o pequeno agricultor tem que sair fora, e para a indústria do lado pode ampliar e tocar sem problema nenhum.

Estas são as justiça sociais que a Rede Ferroviária está fazendo por aí.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Acho que o assunto levantado pelo Deputado Romanelli, Vossa Excelência na sequência, é de suma importância, muito embora não diga tanto respeito a Assembleia Legislativa, muito mais a Câmara Municipal de Curitiba, que estranhamente não tomou nenhuma posição tão logo anunciou-se pela imprensa da tentativa de vender este imóvel, ali localizado numa área centralíssima da cidade, aliás, vizinha da Câmara Municipal. Acho que a Cidade de Curitiba, a Prefeitura de Curitiba, o Prefeito Rafael Greca está perdendo uma grande oportunidade de utilizar aquele espaço onde hoje funciona o Museu Ferroviário. Temos próximo a estação rododferroviária e temos um pouco mais a baixo o terminal Guadalupe que está num local completamente inadequado já.

Não se admite mais, todo o problema de tráfego da cidade, especialmente na Mariano Torres e na Visconde de Guarapuava estão congestionados em consequência do movimento de ônibus que vêm da região metropolitana. Isso poderia ser superado tivesse havido já boa vontade, no Governo passado da integração do transporte coletivo com a região metropolitana. Não houve en-

tendimento neste sentido. Tenho impressão que neste ano já há este entendimento por parte do Governo do Estado e do Prefeito de Curitiba. Mas, mesmo assim, havendo a integração, consequentemente esvazia o terminal Guadalupe.

Mas acho que poderíamos utilizar este espaço da Rede Ferroviária e vou levar esta sugestão ao Prefeito Rafael Greca de Macedo, para que mobilize os técnicos do IPPUC, que façam o levantamento. Acho que ficaria bem localizado, com uma aproximação muito grande da rodoferroviária, possibilitando que quem desce da Praça Rui Barbosa não tem que caminhar ou pegar outro Expresso para descer lá em frente a estação Rodoferroviária. Far-se-ia só uma passarela para transpor a Mariano Torres para se chegar, com facilidade no pátio da estação Rodoferroviária.

Acho que este é um assunto que devemos tratar, muito embora não diga tanto respeito a esta Casa, por ser uma coisa mais de dentro do Município, mas acho que nós temos o direito de debater este assunto e levar ao Prefeito essa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de V.Exa.. E, aproveitando o gancho até queria, neste instante, fazer um agradecimento a V.Exa., e que pudesse externar isso ao Governador Jaime Lerner e muito especialmente ao Ministro de Transportes.

O Sr. Algaci Tílio - Permita-me, Deputado, acho que, no momento em que estão se falando tanto em utilizar as ferrovias, em outros países, ela é de fundamental importância, ela é muito mais usada do que as rodovias. Neste Brasil, onde há o grande lobby dos empresários de construção de caminhões, de peças, de pneus, há um lobby muito forte que impede até uma ação mais efetiva da estrada de ferro. Acho que o Paraná precisa retomar estes caminhos. Está aí a Ferroeste que é um bom exemplo, e nós precisamos realmente tocar bastante neste assunto.

O SR. TOTI COLAÇO - Queria, para completar, que V.Exa. fosse o porta-voz de mais um agradecimento. Durante esta semana nós elaboramos um requerimento, foi aprovado aqui, com relação a estrada de Inácio Martins ao distrito de Guamirim, no meu Município. E extra oficialmente tomei conhecimento, ontem, de que a estrada estava para ser realmente paralisada, a empresa estava para ser retirada de lá, e na verdade houve uma contra ordem e a empresa permanece no local. Segundo o próprio Deputado Cezar Silvestri, que me repassava essas informações, durante o mês de abril a estrada vai ser tocada mais lentamente

mas em maio retoma o seu ritmo normal da construção.

Então por isso quero aqui deixar, de público, os meus agradecimentos registrados ao Governador e ao Secretário.

Quero deixar registrado também, nesta manhã, a presença do Prefeito de Imbituva, também do Prefeito do Município de Farol, Gilmar Cardoso e seu secretário de obras.

Agradeço a atenção dos Srs. e acredito que com relação a Rede Ferroviária, no caso específico de Irati, na semana que vem devo trazer novas notícias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Ofício nº 122/GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como salários do pessoal temporário regido pela égide da CLT a partir de 1º de março de 1995. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 123/95, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei, que objetiva reajustar, a partir de 1º de março do corrente ano, os vencimentos dos magistrados do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 615/95, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando Anteprojeto de lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro em 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento) e fixa os vencimentos básicos dos cargos de Auditor, Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de março do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 356, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral da Justiça, em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos afetivos em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, Órgão da Administração do Ministério Público, a partir de 1º de março do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os de-

dos fins.

Ofício nº 357, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça, em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva reajustar os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de março do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Hã requerimento do Sr. Deputado Nelson Garcia solicitando que a Proposição nº 119/94 seja excluída da votação em bloco. Aprovada.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 112/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 394/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a criar através da Secretaria de Estado da Educação um Núcleo Regional na sede do Município de Arapongas - PR. SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

OFÍCIO/DTL/SAT nº 017/95

Curitiba, 10 de janeiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 332/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 394/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, através da Secretaria

de Estado da Educação, um Núcleo Regional de Educação, na sede do Município de Arapongas.

Embora reconhecida a preocupação do Autor, nobre Deputado José Colombino Grassano, em torno do assunto, o plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade eis que conflita com o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador do Estado competência privativa para a propositura de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Não obstante a inconstitucionalidade apontada, a Secretaria de Estado da Educação, ouvida sobre a matéria, manifestou-se contrariamente ao seu acolhimento, argumentando que, em 1992, promoveu amplo estudo sobre a questão, que culminou com a criação de 08 novos Núcleos Regionais, descentralizando, de modo mais racional, as atividades pedagógico-administrativas da SEED, e que a criação de um novo órgão do gênero implicaria em altos custos não previstos nas dotações orçamentárias da SEED, para 1995.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 394/94 encontra-se publicado no D.A. nº 137, de 23.11.94).

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 127/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 257/94, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a realização de projetos culturais e dá outras providências. SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

OFÍCIO/DTL/SAT/Nº 032/95

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 397/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 257/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a concessão de incentivo fiscal à empresa, estabelecida no Estado, que intensifique a produção

cultural, através de doação ou patrocínio, na forma e nos percentuais referentes ao recolhimento do ICMS, que especifica.

Embora reconhecida a preocupação do autor, Nobre Deputado Antonio Martins Aníbelli, em relação à matéria, o questionado Plano de Lei não pôde merecer acolhida, em face de sua flagrante inconstitucionalidade, por afrontar as disposições do art. 155, inciso XII, letra "g", da Magna Carta Federal e as contidas na Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, que em seu art. 1º, Parágrafo Único, incisos III e IV, determina que as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, assim como a concessão de créditos presumidos e quaisquer outros incentivos ou favores fiscais, com base no referido imposto, só serão concedidos nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, o que vale dizer, que tais benefícios só podem ser concedidos por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 257/94 encontra-se publicado no D.A. nº 86, de 29.06.94).

O Senhor 1º Secretário vai proceder a Chamada para a votação dos Vetos 112/94 e 127/94.

(É procedida a chamada nominal)

Votaram trinta e seis Senhores Deputados. Designo uma comissão constituída pelo Deputado Kiesel Crisóstomo da Silva, Ricardo Chab e o Deputado Coimbra para fazerem parte da comissão escrutinadora.

Votaram 36 Senhores Deputados, pela manutenção do Veto, Sim, 26, pela rejeição, NÃO, 10. Mantidos os Vetos.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, registro a presença, neste Plenário, do ex-Prefeito de Medianeira e sua filha Viviane.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 119/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 326/93, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, que constitui o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual. SEM RELATÓRIO da C.C.J..

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões da Proposição nº 119/94.

Ofício/DTL/SAT Nº 037/95

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 395/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 326/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Seguro Agrícola, no Sistema Financeiro Estadual, com as finalidades que especifica, estabelecendo, ainda, normas para sua constituição e funcionamento.

Ainda que louvável a intenção dos nobres autores do projeto em causa, Deputado Ovídio José Constantino e Ernani Pudell, o mesmo não pôde ser acolhido em face de sua flagrante inconstitucionalidade, por colidir frontalmente com disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, porque o art. 22, inciso VII, da Magna Carta, estabelece como de competência privativa da União legislar sobre tal matéria. Assim, o funcionamento de qualquer seguradora terá que se submeter ao conjunto de leis e normas aplicáveis ao Sistema Nacional de Seguros.

Por outro lado, o Plano e Lei contraria aos mandamentos dos artigos 66, inciso IV e 135, da Carta Estadual, que determinam, respectivamente, como sendo de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da administração pública, e que vedam o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Neste aspecto vale salientar que, segundo informações da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, não existem recursos previstos no orçamento do ano em curso, para atender às despesas decorrentes de tão vultoso empreendimento, além do que, não foram apresentadas quaisquer estimativas de avaliação financeira, quanto ao impacto das despesas à conta do Tesouro Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 326/93, encontra-se publicado no D.A. nº 88/93, de 30.06.93.)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 507 a 510 e 520 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 517 a 519 e 521 de autoria do Senhor Deputado Milton Puppio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 488 a 496 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 498 de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 499 e 500 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 513 de autoria do Senhor Deputado Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 514 e 515 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 516 de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 478 e 479 de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 408 de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Deputado Presidente da Comissão de Justiça

Joel Coimbra convida os componentes da Comissão para uma reunião logo em seguida.

Com base no Artigo 84 do Regimento Interno convoco Sessões Extraordinárias para logo após a Sessão Ordinária do dia 28 para discussão dos Projetos de Lei que dizem respeito aos aumentos do Tribunal de Contas, Justiça e Procuradoria Geral do Estado.

Os projetos estão em regime de urgência e a Comissão de Justiça deve se reunir hoje para Parecer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 120, 121 e 124/94.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 246 do Regimento Interno,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 051

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 10.699 de 29.12.93, nas rubricas abaixo:

Cancelar	3259.0000	100.000,00
Cancelar	3132.1500	40.000,00
Suplementar	3121.0000	90.000,00
Suplementar	3192.0000	10.000,00
Suplementar	3132.0100	20.000,00
Suplementar	3132.0200	20.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.03.95

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto-Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário